



## ACESSIBILIDADE CURRICULAR AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS E TRANSTORNOS

Regiane Toigo Dias<sup>1</sup>  
Juliana Matucheski Rodrigues<sup>2</sup>  
Leidiani da Silva Reis<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de cultura e de representação social que exige práticas de acordo com as diversas demandas presentes na sociedade, para assim obter êxito frente a sua função social. As inúmeras transformações vividas pela sociedade trouxeram novos desafios para esse contexto, assim, os profissionais da educação, principalmente os professores, identificam e compreendem a necessidade de buscar novos conhecimentos para aprimorar e desenvolver um trabalho de qualidade com todos os alunos, vindo a garantir-lhes o direito à aprendizagem.

Nessa perspectiva, a Educação Especial vem ganhando destaque nas últimas décadas, resultado do avanço das políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino (Brasil, 2008). O número de estudantes “inclusos” tem sido cada vez maior, aumentando também as necessidades singulares para a condução de um trabalho escolar efetivo com esse público. Partindo dessa compreensão, o presente estudo tem por objetivo confirmar a importância da acessibilidade curricular para estudantes com deficiências e transtornos no contexto da modalidade regular da educação básica. Conforme dispõe a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), considera-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, e com transtornos aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento psicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras.

Diante das inúmeras dificuldades enfrentadas para assegurar um atendimento adequado ao público da Educação Especial que ingressa nas escolas regulares, evidencia-se uma realidade que, embora esteja alinhada aos princípios da educação inclusiva, no que diz respeito ao acesso à educação escolarizada, ainda tem muito a avançar quanto a garantia de permanência e sucesso, pois tornar um currículo acessível exige quebrar preconceitos, conhecimento técnico, emocional e de experiências da prática docente para tornar o currículo acessível a todos os estudantes (Cordeiro e Souza, 2024). Apesar do desafio, a acessibilidade curricular é fundamental, pois trata-se de ações que possibilitam o acesso e a participação efetiva de pessoas com diferentes necessidades especiais por meio da compreensão e mudança na adoção de estratégias metodológicas adequadas às potencialidades individuais (Bock; Gesser; Nuernberg, 2018).

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Educação Especial Inclusiva – 1º semestre/2025. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). [regianetoigo@gmail.com](mailto:regianetoigo@gmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Educação Especial Inclusiva – 1º Semestre/2025. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). [juh.matucheski@hotmail.com](mailto:juh.matucheski@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutora pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), com pós-doutorado pela Uvigo/Espanha e pela UFSC/Brasil. Orientadora Prof.(a) do Curso de Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal da Fronteira Sul/Parfor/Capes. [leidiani.reis@uffs.edu.br](mailto:leidiani.reis@uffs.edu.br)

## 1 METODOLOGIA

Para dar retorno aos questionamentos que norteiam esse trabalho o mesmo se pauta na realização de pesquisa bibliográfica, em livros e artigos, explorando a natureza teórica, pois essa oferece precedentes para a realização do processo investigativo, podendo ser considerada o primeiro passo de toda a pesquisa científica (Marconi; Lakatos, 2010).

Para melhor compreensão da natureza da pesquisa bibliográfica, trazemos a contribuição de João Álvaro Ruiz:

As produções humanas foram comemoradas e estão guardadas em livros, artigos e documentos. Bibliografia é o conjunto dos livros escritos sobre determinado assunto, por autores conhecidos e identificados ou anônimos, pertencentes a correntes de pensamento diversas entre si, ao longo da evolução da Humanidade. E a pesquisa bibliográfica consiste no exame desse manancial, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que assumimos como tema de pesquisa científica. (Ruiz, 2011, p. 58).

O alcance dos resultados a que se propõe essa pesquisa passa pela questão qualitativa do método investigativo que procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (Minayo, 2011, p. 21)

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

As discussões sobre o processo de inclusão se consolidam cada vez mais, estando presentes em diversos contextos da sociedade e por inúmeros países do mundo, expondo a grande necessidade e importância do tema. No ambiente escolar é expressiva a relevância da inclusão, seja ela arquitetônica, pedagógica, metodológica e social. O público de educandos que as instituições atendem é muito diverso. Assim as escolas precisam direcionar seu trabalho, respeitando as diversidades individuais dos estudantes, ritmo de aprendizagem para garantir uma educação de qualidade a todos, pensando em um currículo apropriado, flexibilização, estratégias de ensino, recursos, avaliações e metodologias que contemplem as necessidades de cada um, envolvendo a família, a comunidade e a escola. De modo geral, “A educação especial é um ensino universalizado, na qual o aluno é o sujeito de sua aprendizagem, assim é imprescindível a ressignificação das práticas pedagógicas como, em especial, o processo de adaptação curricular”. (Bertolde e Larchert, 2020, p. 2).

Historicamente, a escola foi planejada para atender um determinado perfil de aluno, o qual hoje já é diferente, a realidade mostra alunos com múltiplas diversidades, diferentes origens, cultura, religião, capacidade intelectual e cognitiva, necessidades especiais, exigindo da escola reorganização e novas estratégias para atender e incluir no espaço escolar, no qual possibilite a aprendizagem de maneira significativa e eficaz. O tema da inclusão escolar ainda é um assunto desafiador e difícil, seja por falta de conhecimento, esclarecimento e também resistência e aceitação. Nesse contexto, Neto, Avila e Sales afirmam que:

A Educação Inclusiva é a transformação para uma sociedade inclusiva, um processo em que se amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. (Neto, Avila e Sales, 2018. p. 86).

O direito à educação é previsto, entre outros documentos, na Constituição Federal (Brasil, 1988), na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), garantindo o acesso e permanência dos estudantes. É necessário compreender que a inclusão acontece com a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, transformando em integrantes ativos e participativos do processo de ensino aprendizagem, deixando de ser excluídas da vida social e escolar. A inclusão de estudantes com deficiência em classes comuns consiste em uma garantia legal e de direito.

A inclusão escolar, reconhecida atualmente como um direito, resulta de muitas lutas contra o processo de exclusão social presente na cultura brasileira. Como diz Vilaronga e Mendes:

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (Brasil, 1996), assim como no Plano Nacional de Educação (PNE)/ 01, é previsto que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001 – Brasil, 2001), com destaque os artigos 3º, 8º e 12, enfatizam que os alunos com necessidades educacionais especiais deveriam ser educados preferencialmente nas classes comuns das escolas regulares. (Vilaronga; Mendes, 2014. p. 3).

Nas salas de aulas do ensino comum os professores possuem uma demanda muito grande de atendimento individualizado dispensado para seus educandos, o que dificulta o tempo necessário para realizar a formação específica durante a carga horária de trabalho e também promover um ensino interdisciplinar com outras áreas e profissionais. Essa demanda coloca barreiras para a efetivação da educação pautada nos princípios da equidade.

Oliveira, Santos e Santos (2004) colocam que o currículo deve prever uma educação inclusiva considerando as diferenças e diversidades como um todo, por meio da acessibilidade curricular, pois a partir dela se desenvolvem mudanças com condição de garantir o acesso e permanência ao processo de ensino e aprendizagem de forma significativa. Esse deve ser pensando priorizando a necessidade específica do aluno, para tirar as barreiras durante o seu processo de desenvolvimento de aprendizagem e vivência social.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O currículo, distante de uma proposta de acessibilidade e simplesmente posto para todos os estudantes, sem consideram suas especificidades, torna-se um grande obstáculo para os alunos com necessidades educacionais especiais, pois a padronização em contraposição a flexibilização, dificulta a aprendizagem. Segundo Carvalho:

Inserir os alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino constitui o primeiro passo para a jornada da inclusão - o passo mais indutor -, devendo ser seguido de medidas pedagógicas que garantam o acesso à aprendizagem e ao conhecimento proposto na vivência escolar. Traduzido na

prática, é preciso acionar os meios que efetivamente possibilitem a permanência do aluno na escola, favorecendo-lhe o acesso ao currículo. (Carvalho, 1999, p.51).

Repensar as práticas, o planejamento escolar e currículo é crucial para o rendimento eficiente dos estudantes, sendo ele um grande desafio, mas de grande importância e impacto na aprendizagem, implementando a proposta de educação inclusiva. Desse modo explica Glat (2007):

Nesta direção, a escola não pode mais ser seletiva, mas sim, promover o acesso e a permanência de todos os alunos, inclusive os que apresentam deficiências. Para tal, precisa possibilitar aos seus professores e gestores uma formação continuada; rever sua estrutura, organização, e projeto político pedagógico; atualizar seus recursos didáticos, metodologias, estratégias de ensino e práticas avaliativas; e, sobretudo, repensar as suas escolhas curriculares. (Glat, 2007, p. 42).

Organizar, elaborar e desenvolver a acessibilidade curricular, nos conteúdos, metodologias, flexibilização, organização didática, tempo, espaço, recursos, atividades, avaliação e estratégias pensando nas necessidades educacionais especiais levará o aluno a um resultado satisfatório, realizando uma transformação na prática pedagógica, com objetivo de alcançar êxito no desempenho, aprendizagem e integração escolar, respeitando seu nível de aprendizagem, potencialidades e dificuldades. Essa acessibilidade torna o currículo e a prática pedagógica apropriada às necessidades dos educandos com necessidades especiais, levando em consideração suas dificuldades, habilidades, limitações e potencialidades. Conhecer o público e a realidade com quem irá trabalhar é extrema importância, pois tornam mais eficazes as ações e o aluno poderá participar de todas as atividades propostas. “Quando se realiza uma ação que vise a adaptação curricular esta precisa ser elaborada propondo atender as singularidades específicas dos alunos, mas essa adaptação precisa conservar os componentes e conteúdos curriculares” (Bertolde; Larchert, 2020, p. 2).

A acessibilidade curricular tem como objetivo fazer com que o aluno realmente aprenda e seja mais independente, por meio de atividades pensadas e elaboradas conforme a sua necessidade e potencialidade. Essa flexibilidade visa garantir a aprendizagem de todos, e principalmente dos estudantes da educação especial.

## CONCLUSÃO

Fazer da inclusão escolar uma realidade torna a sociedade democrática, em que todos tenham acesso às mesmas oportunidades. Ambientes inclusivos proporcionam integração social e cultural. Na escola, especialmente, torna-se um espaço mais produtivo, respeitoso, desenvolve as habilidades e potencialidades dos estudantes.

Nessa perspectiva, considerando a grande diversidade em sala de aula, há necessidade de uma proposta efetiva de acessibilidade curricular, reflexão das práticas pedagógicas, elaboração de recursos e flexibilidade. A educação especial inclusiva considera o conteúdo a ser trabalhado conforme a necessidade do aluno, respeitando suas individualidades, promovendo o desenvolvimento de habilidades e recursos que auxiliem na realização das atividades. Assim, espera-se construir um ambiente acolhedor, afetivo, atraente e acessível, atingindo a efetiva inclusão dos estudantes com deficiências e com transtornos. Não é apenas oferecer a matrícula, o espaço adequado aos alunos com ou sem necessidades educacionais, e sim que esses educandos se apropriem do conhecimento, tornando-se autônomos e protagonistas do processo de ensino e aprendizagem.

Garantir a acessibilidade não se limita apenas à adaptação física dos espaços escolares, é preciso considerar o currículo e suas vias de acesso, que requerem mudanças metodológicas, materiais diferenciados e um ensino que respeite as potencialidades individuais de cada aluno. Professores precisam estar preparados para lidar com as necessidades específicas dos estudantes, utilizando recursos pedagógicos inclusivos, como materiais apropriados, tecnologias assistivas e metodologias diferenciadas que favoreçam a aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BERTOLDE, Fabricia Zanelato LARCHERT, Jeanes Martins. **A importância das adaptações curriculares na educação especial**. Conedu VII. Congresso Nacional de Educação, 2020.

BOCK, Geisa Letícia Kempfer; GESSER, Marivete. NUERNBERG, Adriano Henrique. Desenho Universal para a Aprendizagem: a Produção Científica no Período de 2011 a 2016. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.24, n.1, p.143-160, Jan./Mar. 2018.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**.

CORDEIRO, Kelly Maia; SOUZA, Izadora Martins da Silva de. Acessibilidade curricular e o desenho universal para aprendizagem como pontos de análise para a inclusão. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, p. 1-19, set./dez. 2024

GLAT, Rosana. **Adaptações Curriculares No Contexto Da Educação Inclusiva**. Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O desafio da pesquisa social**. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NETO, Antenor de Oliveira da Silva, et. al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018.

OLIVEIRA, Sandra Vera; SANTOS, Luciana Silva dos; SANTOS, Priscila Bernardo dos. Adaptações curriculares no contexto da educação inclusiva. **Campo do saber**, v. 10, n. 1, jan/jun. 2024.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2011.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Rev. Bras. Estud. pedagog. (online)**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.